



### **III – À GUIA DE CONCLUSÃO**

#### **UMA INTERLOCUÇÃO NECESSÁRIA**



## **UMA INTERLOCUÇÃO NECESSÁRIA**

*Bertha K. Becker*

Elaborado como subsídio ao Projeto Amazônia proposto pelo Ministro Roberto Mangabeira Unger, este estudo priorizou as questões apresentadas naquele projeto com base nas linhas de pesquisa dos consultores e em notas técnicas complementares.

Efetuada a integração preliminar das contribuições, cabe notar a dinâmica acelerada dos processos em curso na Amazônia, expressa em;

a) as próprias proposições ampliadas do Ministro que assumiu a coordenação do PAS e hoje reconhece sete temas cruciais para ação na Amazônia; b) o documento recente da Academia Brasileira de Ciências considerando a Amazônia como o grande desafio brasileiro do século XXI e propondo uma revolução científico-tecnológica com grandes investimentos na região.

Tendo em vista essa dinâmica, considera-se necessária uma interlocução sobre algumas complementações ao estudo e sobre o modo de avançar na operacionalização das propostas do Ministro e da ABC.

### **1. Questão Fundiária e ZEE**

A regularização fundiária é considerada pelo Ministro muito corretamente, como a questão prioritária na região impondo a necessidade de controlar as terras públicas, de equipar e reorganizar as instituições responsáveis e de simplificar as leis sobre a propriedade e sua transmissão. O Ministro também associa a regularização fundiária ao ZEE.

### **Comentários**

a) Também para a regularização fundiária devem ser consideradas as Amazônias sem Mata e com Mata. Discriminação e arrecadação são essenciais na Amazônia sem Mata, como demonstra a estratégia inovadora do estado do Pará. Na Amazônia com Mata, onde ainda não há uma forma definida de gestão comunitária, a urgência é o controle das terras públicas. Pouco se fala sobre o que fazer com as terras públicas, sejam as com mata, sejam as arrecadadas. Sugere-se que tenham uma destinação imediata para impedir a apropriação indevida, não pelo isolamento produtivo, e não pela liberação de títulos de terra mas tão somente por concessões para produção não predatória controladas pelos bancos.

b) Na parece possível vincular a regularização fundiária ao ZEE em curso. Primeiro, porque o próprio governo contradisse essa deliberação com a MP 422 que dispensa de licitações a concessões de terras públicas até 1.500ha (módulos variáveis). Segundo, porque pesquisas mais detalhadas do INPE no Mato Grosso, revelam que parte substancial da floresta pode estar seriamente comprometida, de modo que “a atual lógica do ordenamento territorial através do ZEE perde grande parte de sua validade. A atual metodologia do ZEE pode gerar destinação de áreas incompatíveis com o estado atual da floresta” (Gilberto Câmara, rede Geoma 17/07/08).

## **2. O ZEE “da Natureza” e a Reorganização Produtiva**

### **Comentários**

A afirmação acima do Diretor do INPE refere-se à sua concordância sobre nossa interpretação dos mapas do IBGE apresentada no capítulo um desse estudo. Face à essa interpretação, sugerimos uma estratégia que reconheça o ZEE “da natureza” e sua atual transformação como base da reorganização produtiva na região, essencial para operacionalizar a revolução em C&TI proposta pela ABC:

a) Priorizando a defesa do coração florestal, onde reside efetivamente a fronteira do capital natural, através de uma rede de cidades que fortaleça a

bioprodução e os serviços ambientais. A viabilidade econômica dessa proposta requer pelo menos duas ações:

- Impedir a licitação de exploração de flonas no coração florestal
- Rever as regulações extremas da Anvisa e do Conselho do Meio Ambiente que afugentam investimentos das empresas, e a inflexibilidade da casa civil.

b) Organizando a produção madeireira e pecuária dominantes na mata aberta e de transição através de uma rede cidades que eliminem a ilegalidade e impulsionem a indústria florestal. A preocupação nessa faixa é tão somente com a exportação da madeira, mesmo nas florestas certificadas. É surpreendente a ausência de preocupação e de pesquisas visando uma utilização mais nobre da madeira, quando no mundo avança a pesquisa para obtenção de combustível de segunda geração obtendo etanol de resíduos de madeira e da celulose para aquecer a água e edifícios com incentivo governamental nos EUA Canadá e Europa. E o que não dizer do mercado de habitações quando no Acre uma casa de madeira é inacessível à classe média de professores, por exemplo.

c) Reorganizando e dinamizando a Amazônia sem Mata onde o povoamento adensado e mais complexo requer mudanças institucionais profundas para regularização da terra, logística multimodal, criação de zonas de pecuária intensiva, novo quadro regulatório para a mineração, sempre tendo na rede de cidades a base da reorganização e da dinamização. O plantio da palm oil – dendê – emerge como uma alternativa para recuperação de áreas alteradas, mas há cuidados a tomar.

Vale registrar que em todas as zonas é essencial a produção de alimentos.

### **3. Formando Um Estrato Social Intermediário**

A disparidade entre produtores fragmentados e compradores e fornecedores cartelizados e a necessidade de superar o contraste entre duas doutrinas – uma para o pequeno produtor e outra para o grande – enfatizada pelo Ministro Unger, é patente na Amazônia (e no Brasil) e não só na agricultura. Sua proposta de concorrência cooperativa parece a mais factível a curto prazo para essa superação.

#### **Comentários**

O que aqui se sugere está em associação com as duas questões anteriores.

a) Eliminar, definitivamente, a instalação de assentamentos pelo Incra, qualquer que seja seu tipo pois que, isolados na mata e sem acesso à circulação e aos mercados, estão longe de ter condições para uma concorrência competitiva e muito menos de alcançar uma economia de escala. Servem, assim, às madeiras e transformam-se em “laranjas” dos fazendeiros.

b) Criar vilas agroindustriais no mínimo com 50 colonos que, embora mantendo seus lotes individuais, utilizem a terra e a reserva florestal em conjunto respectivamente para a agropecuária e produtos florestais não madeireiros/serviços ambientais. Tal sistema produtivo proverá economia de escala que justifica, inclusive, a presença de instalações para processamento da produção.

c) Localizar estrategicamente essas unidades, envolvendo acesso à estradas e mercados sugerindo sua implantação e/ou reorganização junto à rede de cidades proposta como “cinturão de blindagem flexível” na mata aberta. Vilas agroindustriais, portanto, ao abrir alternativas para pequenos produtores, sobretudo na produção de alimentos modernizada crucial para a região, serão também componentes do cinturão de blindagem flexível.

#### **4. Mineração: Grande Empresa x Garimpos X Índios**

O Ministro Unger já sugeriu a tributação da lavra e da exportação – quanto maior quanto menor a agregação de valor ao minério – e a radicalização da lógica de mercado para o setor mediante a associação do Estado com a iniciativa privada para que a mineração passe a beneficiar a região.

##### **Comentários**

a) Registre-se que o governo já anunciou um novo marco regulatório para a mineração visando obter mais investimentos para novo levantamento geológico (que na Amazônia corresponde a apenas 2%) e ampliação do acesso à riqueza gerada. Para tanto propõe aumento da tributação sobre a exploração, fixação de regras que impeçam empresas de manter concessões sem exploração das minas e permissão para empresas estrangeiras atuarem na faixa de fronteira com agregação de valor ao minério. Mas são grandes os conflitos no setor.

b) É a alta de preços dos minérios no mercado internacional que se deve a preocupação governamental recente; mas ela tem um outro resultado na prática, qual seja a forte investida das corporações na exploração mineral. Na Amazônia sem mata, a Vale através da Alunorte, fez parceria para explorar alumina com uma firma norueguesa e outra com estatal chinesa, e abriu nova mina para explorar bauxita em Paragominas; o Projeto Onça Puma em Ourilandia comprado de canadenses, está gerando conflitos com assentados do Incra que estão sendo removidos. Um novo projeto é o da construção de uma siderúrgica em Marabá onde numa “primeira fase” se produzirá aço bruto e a seguir produtos mais acabados “até uma fábrica de vagões no futuro”. Uma usina termelétrica movida a carvão vegetal, integra o projeto (Valor Econômico 14/08/08).

c) Uma fronteira de mineração se configura no coração da Amazônia com Mata. A exploração mineral na Amazônia com Mata é menos significativa, mas tem grande potencial mineral como social.

É no Pará e no Amapá que se encontram as explorações de maior vulto, (Trombetas, Tapajós, Juruti no Pará e Serra do Navio no Amapá), onde a Vale prepondera.

Na porção ocidental do coração florestal, as explorações minerais são escassa: Pitinga, do Grupo Paranapanema, e Petrobrás, mas há um grande potencial em minerais metálicos e não metálicos, alguns conhecidos e muitos não conhecidos. A Vale ainda não domina essa extensa porção da Amazônia com Mata, significando a possibilidade de exercer a mineração sob novas formas de produção. Destacam-se nessa fronteira de mineração:

- Recursos significativos em potássio, importante para cessar a importação de fertilizantes
- Possibilidade de reproduzir a forma de exploração mineral da província aurífera do Tapajós, o sistema garimpeiro evoluído, que gerou empresas de médio porte como a Serabi e a Besoura compradas de garimpeiros e/ou a eles associadas, gerando empregos muitos deles ocupados por garimpeiros
- Alternativa de atividade para os grupos indígenas, muitos deles localizados em fronteiras políticas.

d) Garimpeiros e Índios podem se constituir como estrato social intermediário?

Certamente os garimpeiros podem, como comprova o sistema do Tapajós. Quanto aos índios, a situação é mais complexa. As corporações tendem a se expandir para o coração florestal e um conflito se estabeleceu na Comissão Especial para analisar o PL oriundo do Poder Executivo (18 de abril de 2008) que regula a mineração em Terras Indígenas; contudo um substitutivo elimina a fase preliminar de autorização da atividade pelas comunidades indígenas antes do Congresso Nacional decidir para confirmar a viabilidade



econômica, ambiental e sócio-cultural do empreendimento de acordo com a Constituição. É difícil dissociar esse substitutivo da forte reação das mineradoras através do IBRAM que, nas propostas de nova regulação do governo, só aceitam a liberação da exploração mineral para empresas estrangeiras nas fronteiras.

Há, pois, uma “guerra” com as mineradoras nesse momento que cumpre ser enfrentada para desconcentrar o poder das corporações, através de algumas ações tais como:

- Apoiar fortemente o novo quadro regulatório proposto pelo Governo Federal – à exceção das empresas estrangeiras na fronteira – a ele acrescentando as sugestões de tributação do Ministro Unger. As corporações gozam de imensos privilégios em termos de financiamento, multas não pagas, dívidas, e pouco beneficiam a região e, porque não dizer, o país
- Garimpeiros e índios devem ser vistos como atores sociais a serem beneficiados com um intenso programa de capacitação para participar da exploração mineral, e empresas juniores podem estimular novas formas de produção em parceria com esses atores
- Enfim, a maior deficiência do governo nesse setor é jamais ter feito um plano de desenvolvimento mineral definindo que setores devem ser desenvolvidos, com que formas de produção e que metas a alcançar num dado período. O DNPM tem se mantido na retaguarda, como um órgão apenas fiscalizador sem nada propor. Faltam interlocutores com as poderosas corporações e este é um bom momento pra o Estado se fazer presente.

## **5. Pensar a Amazônia Sul-Americana**

### **Comentários**

Enquanto um esforço para encontrar uma solução para a Amazônia envolve parte do governo e da sociedade brasileiros, processam-se ações planejadas que induzem ações espontâneas de articulação na Amazônia Sul-Americana. Planos e processos que afetam a Amazônia brasileira, quase

desconhecidos no Brasil, não podem mais deixar de ser considerados, alguns dos quais podem ser apontados.

a) Ações Planejadas

- A Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) está em curso sem que se tenha uma avaliação do impacto dos corredores que atravessarão a região. Já é possível trafegar de Rio Branco (AC) a Cuzco (Peru). O risco da IIRSA é ampliar a escala das exportações sem agregação de valor, segundo a trajetória histórica da região.
- As hidrelétricas do Madeira, inundarão parte do território da Bolívia e do Peru, sem que se tenham soluções para o problema.
- Três projetos para a gestão de toda a Bacia Amazônica estão em curso, o do BID/OTCA/GEF/Agencias Nacionais, o da USAID – totalmente autônomo e um do HSBC em estudo com uma parceria inglesa.

b) Processos espontâneos

- O desflorestamento em países amazônicos sul-americanos está crescendo a um ritmo mais acelerado do que no Brasil segundo relatório da OTCA – Global Environment Outlook Amazônia (ou Geo Amazônia) a ser publicada em setembro ou outubro do corrente anos (Valor Econômico, 1/07/08). Entre 2.000 e 2.005, a contribuição brasileira ao desmatamento caiu de 90% para 86% devido ao súbito avanço, sobretudo na Bolívia e no Equador, mas também na Colômbia. Fatores responsáveis citados são a pecuária, agricultura de subsistência e mecanizada, exploração madeireira e mineral, ampliação da infraestrutura, com particularidades, no Equador devido à exploração do petróleo, ao avanço do cultivo da coca sobre a floresta na Colômbia. Plantações de dendê são acrescentadas pela WWF. O relatório

também faz referência ao aumento da população em áreas urbanas que abrigam em média 55% do crescimento demográfico de 22,4 milhões em 1980 para 38,8 milhões em 2.000, impactando o seu entorno num raio de 20 Km.

- O relatório da OTCA parece ter sido benevolente com o Peru. De acordo com nossas pesquisas de campo intenso desmatamento ocorre nesse país em uma ativa frente de expansão madeireira aproximando-se da fronteira com o Brasil. Pucalpa é um centro irradiador dessa frente que segue por estrada rumo a Cruzeiro do Sul. Por outro lado, a exploração madeireira por brasileiros no rio Javari é comandada por Iquitos que recebe a madeira, transportada por via fluvial e a escoada pelo rio Solimões-Amazonas como madeira peruana até sua exportação em Belém. É clara a tendência de articulação de Pucalpa e Iquitos, configurando uma extensa zona de exploração madeireira em que Cruzeiro do Sul emerge como ponto central.

A acelerada expansão das pastagens na estrada Rio Branco-Cuzco comprova esse processo e deu origem a um movimento social tripartite na fronteira Brasil-Bolívia-Peru, o MAP, baseado nas cidades gêmeas desses países.

### c) Desafios

Para os processos em curso, os limites políticos perdem importância. Seus impactos, queiramos ou não, são compartilhados entre os países. Se o Brasil quer efetivamente implementar um padrão de desenvolvimento inovador no coração florestal – para o que tem condições de liderança – há que tomar providências, atentando para os objetivos e operações da IIRSA, negociações com a Bolívia e o Peru, gestão da Bacia, que impõe um grande desafio institucional.